

Alternativa à mediocridade

LUCIANO COUTINHO

Depois de relativa escassez em janeiro, tem sido verdadeiramente espetacular o ingresso de capitais em fevereiro. Atraídos pelo elevado diferencial de taxa de juros, os capitais externos acumularam um saldo líquido de US\$ 2,8 bilhões na primeira quinzena deste mês. Com isso, as reservas de divisas brasileiras poderão se elevar entre US\$ 3,5 bilhões e US\$ 4,0 bilhões no primeiro bimestre.

A crise asiática parece estar amainando e o bem-sucedido lançamento de eurobônus brasileiros nesta semana sinalizaria um retorno mais rápido e pleno aos mercados financeiros. Além disso, o déficit comercial está se reduzindo, conforme a sazonalidade. Confirmado, este quadro permitiria uma trajetória mais expedita de redução das taxas de juros nos próximos meses, criando-se uma sensação de desafogo e de minimização dos problemas.

É difícil a agenda de desafios a serem enfrentados em 1998. Pela ordem: 1) reverter e reduzir significativamente o déficit em transações correntes; 2) acelerar a redução do déficit público; 3) enfrentar o agravamento do desemprego; 4) manter sob controle as expectativas a respeito da política cambial.

O grande problema reside na dificuldade de conciliar o enfrentamento simultâneo desses desafios. Vejamos. Uma substancial redução do déficit exter-

no no ano em curso, idealmente para um número próximo a US\$ 27 bilhões (lembremos que em 1997 o déficit totalizou US\$ 33,8 bilhões), seria indispensável para tirar o Brasil da rota da vulnerabilidade externa e desbloquear o caminho para o desenvolvimento sustentável.

A obtenção de um resultado bem mais favorável na conta comercial poderia ser alcançado pela via de uma recessão prolongada. Essa opção é, porém, evidentemente incompatível com os demais objetivos enumerados — além de agravar a situação do desemprego, impediria qualquer melhora no déficit público e seria eleitoralmente desastrosa para FHC.

Descartada essa via recessista sobrariam duas possibilidades: 1) seguir uma postura conciliatória, que contemporizaria com os déficits externo e interno; 2) adotar uma posição audaciosa no campo da política industrial e de comércio exterior visando uma substancial diminuição do déficit em transações correntes.

Em face da incompressibilidade do déficit em serviços, a obtenção dessa melhoria dependeria de uma espetacular reviravolta na conta comercial. Seria necessário zerar o déficit do nosso comércio exterior em 1998, depois de se ter registrado um balanço negativo de US\$ 8,5 bilhões em 1997. Para chegar ao equilíbrio comercial ainda neste ano seria necessário que as exportações crescessem pelo menos



10% e que as importações fossem reduzidas em 5% — um resultado sem dúvida difícil e não alcançável sem uma política ativa de comércio exterior.

Isso implicaria algum desgaste externo — atritos com os países desenvolvidos e com a OMC, mas estes podem ser administrados. Formas incisivas de controle do dumping externo, como vêm sendo propostas pelo ministro Francisco Dornelles (e.g. eleva-

ção temporária de tarifas no Mercosul e aplicação flexível de salvaguardas), adoção de quotas setoriais, aperfeiçoamento do monitoramento dos preços, qualidade e fidedignidade das importações (combate ao "importabando"), seriam indispensáveis para conter as compras externas em 1998.

Paralelamente, a promoção firme e ativa das exportações (políticas setoriais, crédito e fi-

nanciamento competitivos, reposição da carga fiscal indevida, investimentos dirigidos em infra-estrutura) e a substituição eficiente de importações deveriam merecer a máxima prioridade da política governamental.

A adoção de uma política industrial e de comércio exterior coordenada e agressiva promete um bônus elevado. Desde logo, seria possível à economia crescer mais, tornando mais fácil en-

frentar as questões do desemprego e do déficit público. Com um crescimento mais rápido em 1998 e 1999 (i.e. próximo a 5% a.a.) seriam também mais otimistas as perspectivas a respeito dos investimentos.

Sob um clima de melhoria das expectativas, propiciado pela redução da vulnerabilidade externa, pela queda mais rápida dos juros e pelos melhores resultados fiscais, seria muito mais fácil implementar, mais adiante, um ajustamento da taxa de câmbio para um patamar mais competitivo que reforçasse a solidez do balanço de pagamentos e viabilizasse o crescimento acelerado.

Seria, portanto, lamentável se o governo se mantivesse numa posição tibia e contemporizada. Ela resulta em crescimento modesto, redução parcial do déficit comercial e difícil conciliação com os demais objetivos. É uma opção mediocre e que acumulará desgastes recorrentes: a) ao manter os juros em lenta queda requererá um pacote fiscal adicional para melhorar as contas públicas; b) não conterá o aumento expressivo do desemprego, exigindo ações compensatórias de eficácia duvidosa; c) não removerá as desconfianças quanto à taxa de câmbio, pois a continuidade de um déficit elevado tornará muito difícil a melhoria da qualidade dos financiamentos externos.

Luciano Coutinho, 50, é professor titular do Instituto de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp). Foi secretário-geral do Ministério da Ciência e Tecnologia (1985-88).